



OFÍCIO GABIP/N.325/2025

DEODÁPOLIS - MS, 10 DE OUTUBRO DE 2025

Ao Exmo. Senhor
Carlos de Lima Neto Junior
MD. Presidente do Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Protocolo de Correspondência 128
Em 24 de 10 de 2025
Eliei Alves de Souza
Assinatura do Responsável

Senhor Presidente,

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Venho por meio deste encaminhar ao Poder Legislativo do Município de Deodápolis/MS, na forma como dispõe o § 3º do art. 5º c/c inciso II art. 12 da Lei Orgânica do Município, o presente Projeto de Lei Complementar de nº 049 de 10 de Outubro de 2025, em **regime de urgência especial**, e a sua respectiva Mensagem que : **"Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências"**, no âmbito deste município.

Certos do pronto atendimento de Vossa Excelência, coloco-me ao inteiro dispor para o que se fizer necessário à aprovação do referido projeto de lei.

Aproveito ainda a oportunidade para renovar os meus protestos de elevada estima e apreço.

Respeitosamente,

JEAN CARLOS SILVA GOMES
Prefeito do Município de Deodápolis/MS



Assim, buscamos conciliar o interesse fiscal com a eficiência administrativa, ao permitir que processos administrativos já instruídos com laudos de avaliação resultem em receita efetiva ao município, reduzindo o número de autos pendentes e otimizando a gestão tributária municipal.

Por essas razões, submetemos o presente projeto à apreciação dos nobres Vereadores, confiando na aprovação integral da proposta em Regime de Urgência Especial, que visa fortalecer a arrecadação municipal, reduzir a litigiosidade e assegurar segurança jurídica às relações tributárias decorrentes das operações societárias acima descritas.

Deodápolis/MS, 10 de Outubro de 2025.

JEAN CARLOS SILVA GOMES
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS

Cabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 049 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025.

“Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências.”

O **PREFEITO DE DEODÁPOLIS**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar Municipal:

Art. 1º. Fica concedido o desconto de 30% (trinta por cento) do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para o pagamento em parcela única, incluídas as multas e demais acréscimos legais, incidente sobre as seguintes operações:

I - Integralização ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, em relação ao valor do capital subscrito, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;

II - Fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;

III - Desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI.

Parágrafo único. Os demais fatos geradores incidentes do ITBI e previstos na Lei Complementar de nº 02/2014 (Código Tributário Municipal), não são abrangidos pelo desconto de que trata esta Lei.

Art. 2º. O benefício previsto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já pagas, em hipótese alguma.

Art. 3º. O desconto a que se o artigo 1º desta Lei será aplicável, exclusivamente, ao crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido após a data da publicação desta Lei.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Protocolo de Correspondência 068

Em 24 de 10 de 2025

Eliel Alves de Souza

Assinatura do Responsável

Câmara Municipal de Deodápolis

Encaminhe o Presente a Comissão de

em 28 de 10 de 2025

receber o devido PARECER

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Q presente, foi discutido, votado o APROVADO

em UNICA discussão e votação, nesta data,

em 03 de 11 de 2025

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

RESOLUTIVO O PEDIDO
DE URGÊNCIA ESPECIAL
POA UNANIMIDADE DOS
VEREADORES. ENVIADO
AS COMISSÕES 28/10/25



Art. 4º. O benefício previsto nesta lei será aplicado da data sua vigência até o período 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Deodápolis/MS, 10 de Outubro de 2025.

JEAN CARLOS SILVA GOMES
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 049 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores (as),

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Casa de Leis, na forma como dispõe o § 3º do art. 5º c/c inciso II art. 12 da Lei Orgânica do Município o anexo Projeto de Lei Complementar nº 049/2025, **em Regime de Urgência Especial**, que **"Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências"**, e dá outras providências".

Ilustre Senhor Presidente e nobres colegas vereadores, nos últimos anos, o Município tem observado um aumento significativo no número de requerimentos administrativos de análise de incidência do ITBI relativos a operações de reestruturação societária – tais como integralizações, incorporações, cisões, fusões e desincorporações de bens imóveis.

Essas situações, à luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no Tema 796, demandam exame técnico individualizado para definir se houve ou não transferência efetiva de propriedade e, conseqüentemente, a ocorrência do fato gerador do ITBI.

Do ponto de vista jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 796 da Repercussão Geral (RE 796.376/SC), fixou a tese de que: *"O ITBI não incide sobre a integralização de capital social com bens imóveis, salvo se houver valor excedente que importe transmissão onerosa."*

Assim, o reconhecimento de valor excedente sobre o bem integralizado, quando caracterizada transferência onerosa de propriedade, enseja a incidência legítima do ITBI, sendo necessário ao município estabelecer critérios claros e justos para cobrança e mecanismos de incentivo ao pagamento voluntário.

Mais recentemente, no Tema 1.348 do STF (RE 1.141.677/SP), foi modulada a aplicação dos efeitos da decisão sobre a não incidência do ITBI nas transferências de imóveis entre empresas do mesmo grupo econômico, reafirmando que a tributação incide apenas quando ~~houver transferência efetiva~~ de propriedade a título oneroso, em especial com relação aos valores excedentes.

3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000



Tais entendimentos, aliados à legislação tributária municipal e ao disposto nos arts. 38 e 148 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), reforçam a necessidade de o município proceder à apuração técnica do valor de mercado do bem transmitido e incentivar o pagamento espontâneo do tributo quando verificada a ocorrência do fato gerador.

Entretanto, tem sido constatado que grande parte dos contribuintes, após a conclusão do procedimento administrativo e constatação de valor tributável excedente, desistem da continuidade do processo sem efetuar o pagamento do imposto, ocasionando assim na inexistência de arrecadação efetiva e o acúmulo de processos administrativos fiscais.

Diante desse cenário, propõe-se a presente medida como instrumento de estímulo à regularização tributária e de fomento à arrecadação municipal, concedendo desconto de 30% (trinta por cento) para os contribuintes que efetuarem o pagamento à vista do ITBI apurado em decorrência dessas operações societárias.

A proposta não implica renúncia fiscal indevida, mas, ao contrário, visa à efetivação da arrecadação tributária mediante o encerramento regular dos processos administrativos, permitindo ao município converter procedimentos paralisados em receita pública imediata.

Isso, pois, a concessão de desconto para pagamento à vista não afronta o princípio da isonomia tributária (art. 150, II, CF), uma vez que trata igualmente os contribuintes em idêntica situação jurídica e possui fundamento de política fiscal legítima, nos termos do art. 151, inciso I, do Código Tributário Nacional, que permite a instituição de benefícios destinados à arrecadação e à justiça fiscal.

Ademais, o desconto proposto somente será aplicável aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei Complementar, não se aplicando retroativamente a situações pretéritas, não havendo, portanto, qualquer hipótese de restituição de valores já recolhidos ou analisados em processos administrativos anteriores.

Além disso, o desconto será condicionado ao pagamento integral e à vista do imposto, não sendo extensivo a parcelamentos ou compensações, reforçando o caráter arrecadatório imediato da medida.

Cabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



Prefeitura de
DEODÁPOLIS
Juntos Por Um Futuro Ainda Melhor


OFÍCIO GABIP/N.337/2025

DEODÁPOLIS – MS, 28 DE OUTUBRO DE 2025

Ao Exmo. Senhor

Carlos de Lima Neto Junior

MD. Presidente do Legislativo Municipal

 **CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS**
Protocolo de Correspondência 129
Em 28 de 10 de 20 25
Eliel Alves de Souza
Assinatura do Responsável

Assunto: Justificativa a apresentação de relatório de impacto orçamentário e financeiro nos exatos termos do Projeto de Lei Complementar nº 049 de 10 de Outubro de 2025.

Prezado Senhor,

O Projeto de Lei Complementar em análise dispõe sobre a concessão de desconto incidente sobre créditos correntes de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, decorrentes de futuras operações de transmissão onerosa de bens imóveis realizadas no âmbito do Município.

O desconto de 30% de ITBI, incidirá somente sobre as transações:

- a. Integralização ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, em relação ao valor do capital subscrito, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;
- b. Fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;
- c. Desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI.

Cabe esclarecer aos nobre Vereadores (as) que essas operações denominadas contabilmente como MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, até a decisão do Tema 796 do STF, não havia a previsão de incidência de ITBI sobre a diferença do valor apurado entre o declarado

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



no negócio jurídico e o valor encontrado pelo município incidente na operação; importa deixar claro que se trata de RECEITA financeira nova.

Significa dizer que tais receitas financeiras dos possíveis processos que irão ingressar no Setor Tributário do Município não estão previstas e nem estimadas nas Lei Orçamentária nº 889/2024, no PPA – Lei nº 768/2021 e nem na LDO - Lei nº 920/2025, nos termos do art. 165 da Constituição Federal.

Importa esclarecer, ainda, que a concessão de desconto ou redução em tributo cuja ocorrência do fato gerador é futura e eventual não configura, neste momento, renúncia de receita orçamentariamente prevista, uma vez que o crédito tributário de ITBI é de natureza corrente e contingente, sujeito à materialização apenas com a efetiva ocorrência do fato gerador, conforme dispõe o art. 114 do Código Tributário Nacional – CTN.

Assim, o desconto ora proposto recai sobre um crédito tributário ainda não constituído, decorrente de acontecimentos incertos e imprevisíveis quanto ao momento de sua ocorrência, não estando, portanto, inserido como receita estimada e nem prevista nas peças orçamentárias municipais.

Mesmo que houvesse a obrigatoriedade de apresentação do relatório, há falta de elementos para sua criação, ou mesmo, parte dele, o juízo de possível ocorrência de desequilíbrio financeiro pela falta da receita tributável e inexistente. Não há equilíbrio ou desequilíbrio, não há renúncia porque não existe a receita.

Registre-se que a exigência de apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), incide exclusivamente nas hipóteses em que haja efetiva renúncia de receita sobre ingressos constantes da receita e sua previsão orçamentária.

Esta previsão de RENÚNCIA de receita é comprovada quando as receitas tributárias constituem em orçamentos passados elementos históricos de arrecadação e compõem as peças orçamentárias para os exercícios futuros, criando um lastro financeiro de arrecadação que dá suporte para as despesas correntes e de investimentos; neste caso, se o executivo abrir mão dessa receita ou parte desse valor financeiro, comprometeria o equilíbrio financeiro e comprovadamente resultaria em RENÚNCIA.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



No entanto, tratando-se de receita cuja constituição é condicionada à prática de ato negocial pelo particular (transmissão onerosa de propriedade ou direitos reais imobiliários), incidente de ITBI, não há como atribuir impacto financeiro real ou imediato ao erário municipal.

Conforme reiterada orientação dos Tribunais de Contas e da doutrina especializada, não se considera renúncia de receita a redução ou incentivo fiscal incidente sobre tributo de ocorrência eventual e futura, sem previsão orçamentária vinculada, exatamente porque não se reduz o que não está previamente estimado, vejamos:

“Não há renúncia quando a redução não atinge receita estimada, mas apenas a hipótese futura e incerta de ingresso” (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 2022).

Portanto, resta demonstrado que o Projeto de Lei Complementar em análise não se enquadra nas hipóteses de obrigatoriedade de elaboração de Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, por não representar renúncia de receita prevista, mas tão somente ajuste de política tributária sobre créditos tributários eventuais, de caráter não estimáveis e não garantidos ao Tesouro Municipal.

Diante do exposto, demonstra-se plenamente atendido o princípio da responsabilidade fiscal, não havendo impedimento legal à tramitação e aprovação da matéria.

Por fim, ressaltamos que estamos à inteira disposição para o que se fizer necessário sobre o tema, em especial eventuais explicações e dúvidas que venham a surgir sobre o assunto.

Sem mais, atentamente.

Jean Carlos Silva Gomes

Prefeito Municipal



OFÍCIO GABIP/N.337/2025

DEODÁPOLIS – MS, 28 DE OUTUBRO DE 2025

Ao Exmo. Senhor

Carlos de Lima Neto Junior

MD. Presidente do Legislativo Municipal

Assunto: Justificativa a apresentação de relatório de impacto orçamentário e financeiro nos exatos termos do Projeto de Lei Complementar nº 049 de 10 de Outubro de 2025.

Prezado Senhor,

O Projeto de Lei Complementar em análise dispõe sobre a concessão de desconto incidente sobre créditos correntes de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, decorrentes de futuras operações de transmissão onerosa de bens imóveis realizadas no âmbito do Município.

O desconto de 30% de ITBI, incidirá somente sobre as transações:

- a. Integralização ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, em relação ao valor do capital subscrito, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;
- b. Fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI;
- c. Desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, quando houver constatado, por meio de processo administrativo regular, valor excedente passível de incidência do ITBI.

Cabe esclarecer aos nobre Vereadores (as) que essas operações denominadas contabilmente como MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, até a decisão do Tema 796 do STF, não havia a previsão de incidência de ITBI sobre a diferença do valor apurado entre o declarado

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



no negócio jurídico e o valor encontrado pelo município incidente na operação; importa deixar claro que se trata de RECEITA financeira nova.

Significa dizer que tais receitas financeiras dos possíveis processos que irão ingressar no Setor Tributário do Município não estão previstas e nem estimadas nas Lei Orçamentária nº 889/2024, no PPA – Lei nº 768/2021 e nem na LDO – Lei nº 920/2025, nos termos do art. 165 da Constituição Federal.

Importa esclarecer, ainda, que a concessão de desconto ou redução em tributo cuja ocorrência do fato gerador é futura e eventual não configura, neste momento, renúncia de receita orçamentariamente prevista, uma vez que o crédito tributário de ITBI é de natureza corrente e contingente, sujeito à materialização apenas com a efetiva ocorrência do fato gerador, conforme dispõe o art. 114 do Código Tributário Nacional – CTN.

Assim, o desconto ora proposto recai sobre um crédito tributário ainda não constituído, decorrente de acontecimentos incertos e imprevisíveis quanto ao momento de sua ocorrência, não estando, portanto, inserido como receita estimada e nem prevista nas peças orçamentárias municipais.

Mesmo que houvesse a obrigatoriedade de apresentação do relatório, há falta de elementos para sua criação, ou mesmo, parte dele, o juízo de possível ocorrência de desequilíbrio financeiro pela falta da receita tributável e inexistente. Não há equilíbrio ou desequilíbrio, não há renúncia porque não existe a receita.

Registre-se que a exigência de apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), incide exclusivamente nas hipóteses em que haja efetiva renúncia de receita sobre ingressos constantes da receita e sua previsão orçamentária.

Esta previsão de RENÚNCIA de receita é comprovada quando as receitas tributárias constituem em orçamentos passados elementos históricos de arrecadação e compõem as peças orçamentárias para os exercícios futuros, criando um lastro financeiro de arrecadação que dá suporte para as despesas correntes e de investimentos; neste caso, se o executivo abrir mão dessa receita ou parte desse valor financeiro, comprometeria o equilíbrio financeiro e comprovadamente resultaria em RENÚNCIA.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



Prefeitura de

DEODÁPOLIS

No entanto, tratando-se de receita cuja constituição é condicionada à prática de ato negocial pelo particular (transmissão onerosa de propriedade ou direitos reais imobiliários), incidente de ITBI, não há como atribuir impacto financeiro real ou imediato ao erário municipal.

Conforme reiterada orientação dos Tribunais de Contas e da doutrina especializada, não se considera renúncia de receita a redução ou incentivo fiscal incidente sobre tributo de ocorrência eventual e futura, sem previsão orçamentária vinculada, exatamente porque não se reduz o que não está previamente estimado, vejamos:

“Não há renúncia quando a redução não atinge receita estimada, mas apenas a hipótese futura e incerta de ingresso” (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 2022).

Portanto, resta demonstrado que o Projeto de Lei Complementar em análise não se enquadra nas hipóteses de obrigatoriedade de elaboração de Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, por não representar renúncia de receita prevista, mas tão somente ajuste de política tributária sobre créditos tributários eventuais, de caráter não estimáveis e não garantidos ao Tesouro Municipal.

Diante do exposto, demonstra-se plenamente atendido o princípio da responsabilidade fiscal, não havendo impedimento legal à tramitação e aprovação da matéria.

Por fim, ressaltamos que estamos à inteira disposição para o que se fizer necessário sobre o tema, em especial eventuais explicações e dúvidas que venham a surgir sobre o assunto.

Sem mais, atentamente.

Jean Carlos Silva Gomes

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 15.905.565/0001-95

Ofício GAB/ nº 117/2025

Deodápolis/MS, 30 de outubro de 2025.

A Sua Excelência

Sr. Jean Carlos Silva Gomes

Prefeito do Município de Deodápolis/MS

Excelentíssimo Senhor Prefeito, na oportunidade em que lhe cumprimenta, a Comissão de Finanças e Orçamento, representada pelo seu Presidente, vereador Gilberto Dias Guimarães, em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 049 de 10 de outubro de 2025 que *“Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências”*, vem solicitar o que segue:

Considerando o parecer jurídico anexo, considerando que concessão de descontos fiscais configura uma renúncia de receita e para que seja legal, a lei municipal que instituir o desconto deve atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a demonstração de que a medida não afetará as metas de resultado fiscal, isto é, a renúncia deve ser compensada, seja por aumento de receita ou redução de despesa, e considerando que o projeto de lei é juridicamente viável, desde que sejam cumpridos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à renúncia de receita, a comissão de finanças e orçamento, solicita que o projeto de lei em questão seja acompanhado de estudo de impacto financeiro elaborado pelo Poder Executivo, comprovando o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o art. 14 da referida lei.

Sendo o que se apresenta, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento, e aproveito para externar os meus votos de estima e consideração.

GILBERTO DIAS
GUIMARAES:82769494104
769494104

Assinado de forma digital
por GILBERTO DIAS
GUIMARAES:82769494104
Dados: 2025.10.30
09:27:52 -04'00'

GILBERTO DIAS GUIMARÃES
Comissão de Finanças e Orçamento
Câmara Municipal de Deodápolis/MS

RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Referência Projeto de Lei Complementar nº049/2025 - Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências

DA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 049/2025

Trata-se de análise acerca do impacto orçamentário e financeiro relativo ao Projeto de Lei Complementar que “concede desconto sobre a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI nas hipóteses de registro de atos de integralização de capital, incorporações, cisões ou desincorporações de imóveis”, no âmbito do Município de Deodápolis/ MS.

O presente relatório tem por objetivo demonstrar que a aprovação da referida norma não caracteriza renúncia de receita e que o Município permanece em rigorosa conformidade com os comandos legais insculpidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especificamente no que concerne ao art. 14, caput e §§ 1º e 2º, que assim dispõe:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro (...)”.

“§ 1º - Considera-se renúncia de receita a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção, redução de base de cálculo (...)”.

Cumprе ressaltar, porém, que a figura do desconto autorizado no projeto não se confunde com redução definitiva de receita ou com a extinção de crédito tributário já constituído. Isso porque o benefício ora proposto incide somente sobre fatos geradores futuros e eventuais, não havendo crédito lançado, constituído ou previsto materialmente no orçamento corrente.

Sobre esse ponto, dispõe o Código Tributário Nacional (CTN):

“Art. 113 (...)”

§ 1º – O crédito tributário surge com o lançamento”.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000

"Art. 142 – Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento".

Dessa forma, enquanto inexistente o lançamento, o valor considerado como base de cálculo é expectativa de arrecadação, não receita efetiva.

É entendimento pacífico que eventuais créditos tributários futuros não podem configurar renúncia de receita, uma vez que não integram ainda o campo das receitas públicas disponíveis ou previstas em orçamento estruturado.

Nesse sentido, reforçam tribunais e doutrina:

"A renúncia de receita somente se configura quando há efetiva e comprovada diminuição de ingresso público, não sendo possível a caracterização em hipóteses em que inexistente crédito tributário lançado" (TCE-SP, Proc. TC-001.345/026/17).

"Não se caracteriza renúncia de receita em benefícios que incidem sobre receitas incertas ou meramente potenciais, destituídas de crédito constituído" (TCU, Acórdão nº 1.055/2018 – Plenário).

DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTARIO E FINANCEIRO

A Lei Complementar Federal de nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com a finalidade de reduzir o déficit público, estabilizar a economia e controlar os gastos governamentais.

Assim, para contextualização da análise da possibilidade de concessão de benefícios fiscais, nos termos analisados pelo Poder Executivo Municipal frente aos impactos que isso irá gerar ao município, no âmbito orçamentário e financeiro, salienta-se que a Renúncia Fiscal é a matéria de maior preocupação a ser analisada.

Devido a sua importância o tema é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000

Significa dizer que cada esfera de governo deverá explorar adequadamente a sua base tributária e, dessa forma, ter capacidade de estimar qual a sua receita, visando ao não-comprometimento das metas de resultados fiscais previamente estabelecidas, com previsão, inclusive, de sanções institucionais.

A partir do advento da LRF, qualquer ato que importe renúncia de receita deve ser precedido de minucioso estudo e planejamento, de modo a identificar as consequências imediatas e futuras sobre a arrecadação e indicar as medidas de compensação cabíveis.

São pressupostos para a renúncia de receitas (LRF, art. 14, "caput" e incisos I e II):

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes;
- b) atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da LDO;
- d) adoção de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Importante esclarecer que as medidas deverão ser implementadas antes da edição do ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal.

Nota-se que dos quatro pressupostos para a renúncia de receita antes elencados, os dois últimos são alternativos, isto é, ou um ou outro deve ser obrigatoriamente adotado, conforme estabelecido nos incisos I e II do artigo 14 da LRF.

Essa alternância importa a seguinte consequência: se a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da LDO não é exigida a adoção de medidas de compensação.

Caso contrário, é obrigatória a adoção de medidas de compensação, as quais deverão ser implementadas antes da edição do ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal.

Note-se, por outro lado, que para afastar a exigência de medidas de compensação não basta que a perda de receita tenha sido considerada na estimativa de receita da lei

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000



orçamentária, mas impõe-se cumulativamente que a perda de receita não afete as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da LDO.

Para a concessão de alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, o artigo 14 estabelece como exigência que a renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Sendo assim, havendo a necessidade do estudo dirigido a ser feito por este município, com relação aos impactos de ordem financeira e orçamentária que a concessão de tais benefícios poderão causar, é de suma importância a apresentação dos dados abaixo.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO AO MUNICÍPIO

Com base nos demonstrativos financeiros oficiais do Município de Deodápolis/MS, destacam-se os seguintes resultados dos últimos dois exercícios:

Exercício de 2023	
Receita Tributária Prevista	R\$ 65.426.275,00
Receita Tributária Arrecadada	R\$ 83.481.675,74

Exercício de 2024	
Receita Tributária Prevista	R\$ 74.952.600,00
Receita Tributária Arrecadada	R\$ 107.903.810,07

Exercício de 2025 – Estimativa	
Receita Tributária Prevista	R\$ 93.876.959,00
Receita Tributária Arrecadada	R\$ 92.522.735,81

Esses dados demonstram que a receita tributária municipal apresenta tendência de crescimento significativo, indicando que o impacto do benefício proposto será irrelevante diante da robustez da arrecadação.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000

Da mesma forma, reitera-se que os créditos que sofrerão desconto referem-se ao exercício corrente, não integrando previsão obrigatória no PPA e na LOA, por depender da ocorrência do fato gerador imobiliário.

DA METODOLOGIA DE ANÁLISE

1. Receita.

Para apuração da Receita Corrente Líquida do Município foi levada em consideração a arrecadação efetivamente arrecadada do exercício de 2023 e 2024 e efetuada uma projeção de estimativa da arrecadação para o exercício de 2025, por estimativa, chegando a um valor que dá suporte financeiro ao Projeto ora proposto.

2. Renúncia de Receita – Art. 14 LRF.

O parágrafo primeiro do art. 14 da Lei Complementar de nº 101/2000, assim dispõe:

Art. 14. (...)

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

No caso específico do projeto analisado, destaca-se que os descontos a serem concedidos pelo município com o presente projeto são de caráter temporário e com efeito parafiscal com o objetivo de proporcionar o aumento da arrecadação tributária e controle efetivo do Estoque da Dívida Ativa.

Atende-se, portanto, o artigo 165 da Carta Magna e o artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. Das estimativas das renúncias fiscais

Os cálculos das desonerações discriminadas são apurados por contribuinte e consolidados, na LOA e na Prestação de Contas, por território, tributo, modalidade e setor de atividade, e, na LDO, são apresentados por modalidade e setor de atividade.

Esses cálculos são apresentados em dois grupos de contas, o dos gastos tributários consolidados (estoque de renúncias ou renúncias consolidadas) e o dos gastos tributários relativos a novas renúncias fiscais.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br

Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro

Deodápolis/MS - CEP 79790-000

A diferenciação entre o estoque de renúncias (renúncias consolidadas) e as novas renúncias decorre da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

A exigência contida no art. 14 da LRF, refere-se à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Assim, a referida exigência dirige-se aos novos benefícios ou à ampliação de benefícios que caracterizam renúncia de receita para os quais é necessária a apresentação de medidas de compensação.

O estoque de renúncias (renúncias consolidadas) representa as renúncias antigas, ou seja, anteriores ao exercício a que se refere a prestação de contas, que ainda estão vigentes e para as quais já foram exigidas medidas de compensação no exercício em que entraram em vigor.

DA RECEITA TRIBUTÁRIA DE DEODÁPOLIS/MS

Para a fundamentação concreta, consignamos alguns dados extraídos de peças orçamentárias públicas do Município de Deodápolis/MS:

- No relatório de “Evolução da Receita Realizada” do exercício 2022, consta que os “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” auferiram montante de aproximadamente R\$ 5.673.153,28.
- No Anexo de Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2025, para “Receita Tributária” está prevista a quantia de R\$ 11.840.000,00.
- Outras peças orçamentárias listam que a “Receita de Transferências Correntes” previstas para 2025 são de R\$ 70.364.450,00, o que mostra que a receita tributária própria representa parcela menor do total das receitas previstas, o que reforça o caráter não estruturante — para efeito orçamentário — de eventuais benefícios tributários.

Com esses elementos, verifica-se que a base de arrecadação tributária do Município de Deodápolis/MS não possui previsão elevada ou comprometida no ponto em que o benefício ora proposto viesse a causar um impacto estrutural, de longo prazo, sobre as receitas municipais.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000

DO IMPACTO NA RECEITA CORRENTE MUNICIPAL

A presente concessão de desconto tem vigência máxima de 180 (cento e oitenta) dias, tratando-se, portanto, de medida transitória e excepcional.

Além disso, essa modalidade de benefício incidirá exclusivamente sobre transações relacionadas ao ITBI do exercício corrente, receita que:

- Não está prevista de forma individualizada no plano plurianual (PPA) do Município;
- Não possui vinculação específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como receita estrutural;
- Não constitui previsão obrigatória, ou seja, certa, na Lei Orçamentária Anual (LOA), por se tratar de crédito incerto quanto à ocorrência do fato gerador.

Ademais, como expõe doutrina tributária especializada:

“Enquanto não houver o nascimento da obrigação principal com a ocorrência do fato gerador, inexistente receita pública a ser renunciada.”
(Hugo de Brito Machado, Curso de Direito Tributário, 2022).

Esse entendimento aliado aos artigos 2º e artigo 4º da LRF reforçam que apenas receitas efetivas, previstas e mensuráveis integram o resultado fiscal, não aquelas que dependem de comportamento econômico ou de atos negociais particulares.

DA FINALIDADE PÚBLICA DA MEDIDA

A medida legislativa ora proposta possui evidente caráter de estímulo econômico e formalização patrimonial, fortalecendo a circulação imobiliária e incentivando aportes de capital e reestruturações societárias que:

- Geram novas transações futuras, ampliando a base contributiva municipal;
- Promovem incremento em arrecadações posteriores (ITBI em outros atos);
- Favorecem a economia local, com efeitos positivos sobre automação do registro patrimonial e transparência dos negócios imobiliários.

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000



CONCLUSÃO

À luz dos elementos expostos:

- Não há renúncia de receita, pois não há crédito constituído, lançado ou previamente previsto com certeza;
- A medida é temporária (180 dias) e incide apenas sobre créditos incertos do exercício corrente;
- A proposta respeita os ditames do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não sendo necessário apresentar medidas compensatórias;
- A proposta incide apenas sobre créditos futuros incertos;
- O projeto não compromete o equilíbrio fiscal municipal;
- Alinha-se ao interesse público, promovendo segurança jurídica, desenvolvimento econômico e estímulo à regularização empreendedora no Município de Deodápolis/ MS.

Assim, opina-se pela inexistência de impacto negativo relevante ao equilíbrio das contas municipais do Município de Deodápolis/MS e pela regularidade do Projeto de Lei Complementar, que se encontra em plena conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo prosseguir para análise e aprovação legislativa.

Deodápolis/ MS, 31 de outubro de 2025.

JULIANI GARCIA
BERLOFFA
ANDRADE:0134642910
3

Assinado de forma digital por
JULIANI GARCIA BERLOFFA
ANDRADE:01346429103
Dados: 2025.11.03 10:31:24
-04'00'

Juliani Garcia Berloffa Andrade
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Gabinete do Prefeito

(67) 3448-1925 - gabinete@deodapolis.ms.gov.br
Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro
Deodápolis/MS - CEP 79790-000

PARECER JURÍDICO Nº 12/2025

EMENTA: CRIAÇÃO DE LEI – DESCONTO PARA PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI) – POSSIBILIDADE - LEGALIDADE - CONSTITUCIONALIDADE - NECESSIDADE DE ESTUDO DE IMPACTO.

I – A CONSULTA.

Examina-se na presente consulta formulada pela nobre Procuradora Jurídica da Câmara de Deodápolis/MS, solicitando a análise e confecção de Parecer Jurídico referente ao Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo, qual dispõe sobre a possibilidade da aplicação de desconto do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nos casos de integração, fusão e desconstituição do patrimônio de pessoa jurídica.

Acostado, o consulente remeteu cópia integral do projeto de lei municipal que dispõe sobre o Programa de Incentivo Fiscal a fim de incentivar a regularização da Transferência de Propriedades e indagações acerca do mesmo.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE JURIDICA DA INICIATIVA.

Trata-se de análise de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual tem por objetivo promover o incentivo à regularização da transferência da propriedade nos casos de integralização de capital social com bem imóvel, e conseqüentemente, fomenta a arrecadação municipal. Para isso, busca o projeto de Lei Complementar aplicar um desconto de 30% (trinta por cento) sobre o ITBI para as pessoas que aderirem ao programa em parcela única.

Inicialmente, é de suma destacar que, a Constituição Federal de 1988 traz a legalidade aos Municípios para legislar sobre matéria tributária, em seu art. 145 e incisos. Veja:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Nesse sentido, o art. 11, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal determina que compete ao Município dispor sobre a instituição e arrecadação de tributos, assim como a aplicação destes. Vejamos:

Art. 11. Compete ao Município:

[...]

IV - Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

Da mesma forma, no art. 66, XVI, da Lei Orgânica Municipal, prevê que compete ao Poder Executivo legislar sobre matéria tributária, seja

supervisionando, gerenciando ou coordenando as atividades de coletas de impostos, contribuições ou taxas.

Art. 68. Compete o Prefeito, além de outras atribuições próprias do seu cargo ou previstas nesta Lei Orgânica:

[...]

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

Ademais, já pacificou o Supremo Tribunal Federal que a iniciativa das leis tributárias é de **competência concorrente**, por vezes chamada de comum, entre o Executivo e o Legislativo, vejamos:

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA LEI MUNICIPAL. INICIATIVA LEGISLATIVA. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. CONCORRÊNCIA ENTRE PODER LEGISLATIVO E PODER EXECUTIVO. LEI QUE CONCEDE ISENÇÃO. POSSIBILIDADE AINDA QUE O TEMA VENHA A REPERCUTIR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a parte agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Com efeito, conforme restou demonstrado na decisão agravada, **o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que a iniciativa para elaboração de leis que versem sobre matéria tributária é concorrente, assim, tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo são competentes para iniciar o processo legislativo para edição de lei que conceda isenção fiscal, ainda que tal lei cause eventual**

**repercussão em matéria orçamentária, impactando
financeiramente o orçamento**

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.185.857
SÃO PAULO. "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE
INSTRUMENTO.

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. INICIATIVA
LEGISLATIVA. MATÉRIA TRIBUTÁRIA.
CONCORRÊNCIA ENTRE PODER LEGISLATIVO E
PODER EXECUTIVO. LEI QUE CONCEDE ISENÇÃO.
POSSIBILIDADE AINDA QUE O TEMA VENHA A
REPERCUTIR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL.
RECURSO QUE NÃO SE INSURGIU CONTRA A DECISÃO
AGRAVADA. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS
PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. O recurso extraordinário é
cabível contra acórdão que julga constitucionalidade '*in
abstracto*' de leis em face da Constituição Estadual, quando
for o caso de observância ao princípio da simetria. Precedente:
Rel 383, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves. **2. A
iniciativa para início do processo legislativo em
matéria tributária pertence concorrentemente ao
Poder Legislativo e ao Poder Executivo** (art. 61, § 1º, II,
b, da CF). Precedentes: ADI 724-MC, Tribunal Pleno, Rel.
Min. Celso de Mello, DJ de 15.05.92; RE 590.697-ED, Primeira
Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Dje de 06.09.2011;
RE 362.573-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Eros Grau, Dje
de 17.08.2007). 3. *In casu*, o Tribunal de origem entendeu pela
inconstitucionalidade formal de lei em matéria tributária por
entender que a matéria estaria adstrita à iniciativa privativa
do Chefe do Poder Executivo, dada a eventual repercussão da
referida lei no orçamento municipal. Consectariamente,
providos o agravo de instrumento e o recurso extraordinário,
em face da jurisprudência desta Corte. 4. Agravo regimental
a que se nega provimento."
(AI 809.719- AgR, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26/4/2013)

Sendo assim, a presente proposta, de iniciativa do Poder Executivo, encontra respaldo legal, uma vez que há robusta previsão legal, da iniciativa do chefe do executivo para propor leis que versem sobre matéria tributária.

III - ANÁLISE JURÍDICA DA MATÉRIA.

Primeiramente, imprescindível pontuar que todo incentivo fiscal (isenção, redução de base de cálculo, desconto, crédito presumido, etc.) deve estar previsto em lei, conforme dispõe o art. 97, II, do Código Nacional Tributário, *in verbis*:

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

[...]

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos arts. 21, 26, 39, 57 e 65;

Reitera-se que, a Constituição Federal de 1988, concedeu aos municípios a autonomia e competência legislativa, que asseguram aos entes da federação a autoadministração e a auto legislação em relação aos impostos previstos no art. 156, além de regular a forma de como será concedido e revogado os incentivos e benefícios fiscais.

Vejamos o que dispõe o art. 156, II, da Carta Magna sobre:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

Cabe lembrar ainda que, assim como ocorre com outros incentivos fiscais como a imunidade, isenção ou anistia, o desconto diminui somente a obrigação tributária principal (de pagar), não excluindo/diminuindo as obrigações tributárias acessórias (de fazer ou não fazer).

Sendo assim para confirma essa afirmativa, vejamos o que diz o art. 113, do CTN são de dois tipos: obrigações principais e obrigações acessórias. A doutrina define obrigação acessória como sendo:

“O “dever tributário instrumental”, ao contrário, tem por objeto prestações positivas ou negativas, ou seja, obrigações de fazer ou não fazer, previstas na legislação tributária, instituídas no interesse da arrecadação e da fiscalização tributárias.”

(Manual de direito tributário - Alexandre Mazza - 9º edição - Fls 199)

Outrossim, o art. 11, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal determina que compete ao Município dispor sobre a instituição e arrecadação de tributos, assim como a aplicação destes. Vejamos:

Art. 11. Compete ao Município:

[...]

IV - Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

Nesse sentido, a iniciativa de apresentar projeto de lei, no intuito de oferecer um benefício fiscal ao conceder desconto de 30% no pagamento do ITBI, está em conformidade com a legislação constitucional e municipal, podendo tanto o executivo quanto o legislativo municipal apresentar projeto de lei de matéria tributária onde ofereça incentivos fiscais.

Em casos análogos ao presente, em se tratando de concessão pelo município de incentivos fiscais:

Tributário. Reexame Necessário. Mandado de Segurança. **ITBI. Benefício fiscal estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 118/2001.** Fatos geradores ocorridos até o término do período previsto. Requisito preenchido pelo contribuinte. Reconhecimento do pedido pelo Município. Art. 487, III, a, CPC. Homologação pelo Juízo de

origem. Segurança mantida. Sentença preservada em Reexame Necessário.

(TJ-PR - REEX: 00244741920218160021 Cascavel 0024474-19.2021 .8.16.0021 (Acórdão), Relator.: Salvatore Antônio Astuti, Data de Julgamento: 13/06/2022, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/06/2022)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. IMPROCEDÊNCIA. **1. Lei Complementar, de iniciativa**

parlamentar, que possibilita o parcelamento do ITBI e que não padece de vício de iniciativa e que não acarreta redução de receita passível de afrontar disposições constitucionais. 2. De fato, a iniciativa para

início do processo legislativo em matéria tributária pertence concorrentemente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, b, da CF). Precedentes: ADI 724-MC, Tribunal Pleno, Rel. Mi. Celso de Mello, DJ de 15.05.92; RE 590.697-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Dje de 06.09.2011; RE 362.573-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Eros Grau, Dje de 17.08.2007; AI 809719 AgR, Rel. Min. Luis Fux, Primeira Turma, j. em 09/04/2013. ADI JULGADA IMPROCEDENTE. UNÂNIME.

(TJ-RS - ADI: 70059239814 RS, Relator.: Eugênio Facchini Neto, Data de Julgamento: 01/12/2015, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/12/2015)

Assim, é cristalino a validade jurídica do Projeto ora apresentado, estando de acordo com a legislação municipal e Federal, bem como em consonância com a Constituição Federal e os entendimentos jurisprudenciais.

Contudo, importa frisar que o tema debatido trata-se expressamente de “benefício”, conforme se observa no artigo 2º do Projeto “*O benefício previsto nesta Lei...*”. Ainda, em que pesa a justificativa de que “*a proposta não implica renúncia fiscal indevida, mas, ao contrário, visa à efetivação da arrecadação tributária*

mediante o encerramento regular dos processos administrativos”, esse entendimento não merece prosperar.

Impera o artigo 14 da Lei n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício que decorra a renúncia de receita, deve haver o acompanhamento por estimativa de impacto orçamentário-financeiro:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Ainda, veja-se que a LDO (Lei n.º 875/2024) prevê a revisão na legislação tributária municipal e, dentre elas, a melhoria na sistemática de cobrança do ITBI:

Art. 32 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e manutenção do cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II – manutenção do cadastro dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III – melhoria na sistemática de cobrança do ITBI – imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

Neste ponto, a alegação que visa desviar-se da necessidade do estudo não abordou de maneira fática a desnecessidade de estudo por ser tributo de valor incerto e, sequer acompanha o levantamento realizado no setor tributário do Município para avaliação do quantitativo de incidência do fato gerador para alegação da impossibilidade de realização do estudo de impacto.

Neste ponto, em análise às disposições legais necessárias para a regular tramitação do Projeto a ser deliberado em plenário, vislumbra-se que a minuta deve seguir colacionada do devido estudo de impacto financeiro-orçamentário, projetando para os próximos dois exercícios financeiros.

IV – CONCLUSÃO.

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **opina s.m.j.** pela **legalidade e constitucionalidade** da matéria apresentada no Projeto de Lei Complementar n.º 049, de 10 de outubro de 2025, que busca conceder desconto ao contribuinte no imposto sobre a Transmissão Inter Vivos (ITBI), porém, pela **irregularidade** na tramitação em plenário caso seja realizada sem a confecção do estudo de impacto financeiro-orçamentário, nos moldes dos fundamentos expostos.

É o parecer, s.m.j.

FELIPE ANDRÉ PEREIRA
MAGALHAES:04335361106
6
Eu sou o autor e revisor
deste documento
4335361106 2025.10.29 14:42:48-04'00'

FELIPE ANDRÉ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

REGISTRO DE ORDEM N.º 3028/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 049 DE 10 DE OUTUBRO DE
2025 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

I- Exposição da matéria

O presente parecer tem por objeto projeto de lei complementar nº 049 de 10 de outubro de 25, de autoria do Prefeito Municipal que: *“dispõe sobre o desconto para pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências”*.

O projeto foi lido e submetido a esta Comissão para o parecer.

II- Conclusões da Relatoria

A proposta pretende adotar medidas para a recuperação de créditos fiscais, e o estímulo à regularização tributária e de fomento à arrecadação municipal, concedendo desconto de 30 % (trinta por cento) para os contribuintes que efetuarem o pagamento à vista do ITBI apurado em decorrência das operações societárias.

Conforme informado pelo Prefeito Municipal, através da Mensagem anexa ao projeto, após a decisão do STF no Tema 796, o reconhecimento do valor excedente sobre o bem integralizado, quando caracterizada transferência onerosa de propriedade, enseja a incidência legítima do ITBI, sendo necessário ao Município estabelecer critérios claros e justos para a cobrança e mecanismos de incentivo ao pagamento voluntário.

Importante salientar, que o Prefeito Municipal, em resposta à Comissão de Finanças e Orçamento, enviou impacto financeiro, explicando que não havia previsão de arrecadação desses excedentes no PPA, na LDO, e na LOA, por se tratar de crédito incerto futuro e colacionou as seguintes jurisprudências dos Tribunais de Contas:



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

“A renúncia de receita somente se configura quando há efetiva e comprovada diminuição de ingresso público, não sendo possível a caracterização em hipóteses em que inexistente crédito tributário lançado” (TCE-SP, Proc. TC-001.345/026/17).

“Não se caracteriza renúncia de receita em benefícios que incidam sobre receitas incertas ou meramente potenciais, destituídas de crédito constituído” (TCU, Acórdão nº 1.055/2018 – Plenário).

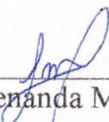
Além disso, trouxeram da doutrina “Enquanto não houver o nascimento de obrigação principal com a ocorrência do fato gerador, inexistente receita pública a ser renunciada.” (Hugo de Brito Machado, Curso de Direito Tributário, 2022).

Ao que cabe a essa Comissão analisar, não vislumbramos impedimentos a aprovação do projeto, cabendo quanto ao mérito, à apreciação pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e ao Plenário confirmar.

III- Decisão da Comissão

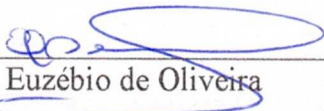
Ante as conclusões da relatoria, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de lei complementar nº 049 de 10 de outubro de 2025 de autoria do Prefeito Municipal. É o nosso parecer.

Sala de sessões da Câmara Municipal – 03 de novembro de 2025.

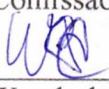


Fernanda Maiara Casusa
Relatora
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

De acordo.



Francisco Euzébio de Oliveira
Presidente
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.



Wanderley de Assis Batista Carvalho
Membro
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 049 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

I- Exposição da matéria

O presente parecer tem por objeto projeto de lei complementar nº 049 de 10 de outubro de 2025, de autoria do Prefeito Municipal que: *“dispõe sobre o desconto para pagamento, em parcela única, do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sobre determinadas transferências patrimoniais e dá outras providências”*.

O projeto foi lido e submetido a esta Comissão para o parecer.

II- Conclusões da Relatoria

A proposta pretende adotar medidas para a recuperação de créditos fiscais, e o estímulo à regularização tributária e de fomento à arrecadação municipal, concedendo desconto de 30 % (trinta por cento) para os contribuintes que efetuarem o pagamento à vista do ITBI apurado em decorrência das operações societárias.

Conforme informado pelo Prefeito Municipal, através da Mensagem anexa ao projeto, após a decisão do STF no Tema 796, o reconhecimento do valor excedente sobre o bem integralizado, quando caracterizada transferência onerosa de propriedade, enseja a incidência legítima do ITBI, sendo necessário ao Município estabelecer critérios claros e justos para a cobrança e mecanismos de incentivo ao pagamento voluntário.

Importante salientar, que o Prefeito Municipal, em resposta à Comissão de Finanças e Orçamento, enviou impacto financeiro, explicando que não havia previsão de arrecadação desses excedentes no PPA, na LDO, e na LOA, por se tratar de crédito incerto futuro e colacionou as seguintes jurisprudências dos Tribunais de Contas:

“A renúncia de receita somente se configura quando há efetiva e comprovada diminuição de ingresso público, não sendo possível a caracterização em hipóteses em que inexiste crédito tributário lançado” (TCE-SP, Proc. TC-001.345/026/17).



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

“Não se caracteriza renúncia de receita em benefícios que incidam sobre receitas incertas ou meramente potenciais, destituídas de crédito constituído” (TCU, Acórdão nº 1.055/2018 – Plenário).

Além disso, trouxeram da doutrina “Enquanto não houver o nascimento de obrigação principal com a ocorrência do fato gerador, inexistente receita pública a ser renunciada.” (Hugo de Brito Machado, Curso de Direito Tributário, 2022).

Desse modo, informou que a proposta não se trata renúncia de receita de modo que não há divergência com a Lei de Responsabilidade Fiscal.


Outrossim, a proposta possui caráter de estímulo econômico e formalização patrimonial, fortalecendo a circulação imobiliária e incentivando aportes de capital e reestruturações societárias, favorecendo a economia local, com efeitos positivos sobre a automação do registro patrimonial e transparência dos negócios imobiliários.

Desta forma, ao que cumpre esta comissão analisar, não vislumbramos impedimentos para a aprovação do presente projeto de lei, uma vez que não aumentará os gastos do Município, pretendendo promover e incentivar a arrecadação tributária.

III- Decisão da Comissão

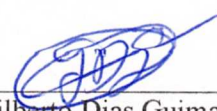
Ante as conclusões da relatoria, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de lei complementar nº 049 de 10 de outubro de 2025 de autoria do Prefeito Municipal. É o nosso parecer.

Sala de sessões da Câmara Municipal – 03 de novembro de 2025

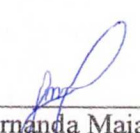


Donizete José dos Santos
Relator
Comissão de Finanças e Orçamento.

De acordo.



Gilberto Dias Guimarães
Presidente
Comissão de Finanças e Orçamento



Fernanda Maiara Casusa
Membro
Comissão de Finanças e Orçamento